



2023

CADERNO DE RESUMOS



**XXI SEMANA DE
ECONOMIA**

MESAS DE COMUNICAÇÕES

Sala 110 - Comunicações

3. **Segunda-Feira 23/10 – Temas Livres I (11:30 – 13:00) — Coordenador: Marcelo Dipieri**

Rosa Marques e Marcelo Dipieri: “Notas sobre planejamento e mercado no século XXI”

Regina Gadelha e José Guilherme Shiraishi Abrão: “POSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO: O SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO (2010-2019)”

Lucas T. Cardoso e César R. Leite da Silva: “Competitividade das Exportações Agrícolas Brasileiras, 2000-2020”

Pedro Iannazzo de Souza e Cesar Leite da Silva: “Inserção das exportações agrícolas brasileiras na dinâmica do comércio internacional”

Rebeca Valente Perches: “Século XX e XXI: o debate sobre o imperialismo clássico e atual”

7. **Terça-Feira 24/10 – Temas Livres II (11:30 – 13:00) — Coordenador: Luiz M. Niemeyer**

Luiz M Niemeyer e Mariane C. M. de Oliveira: “Industria de Semicondutores, Estado e Política Industrial, a Implantação e Desenvolvimento da Indústria Sul Coreana de memórias DRAMs de 1960 a 1995”

Elisa Gargiulo Rosa: “PÁTRIA ALVEJADA: LAWFARE, IMPERIALISMO, LAVA JATO, PETROBRAS”

Felipe Kawabata Vitali: “Japão Restauração Meiji”

Ygor Moura de Brito: “Colonialismo e Maoísmo na Índia: Perspectivas da Nova Economia Institucional”

10. **Quarta-Feira 25/10 – Política Fiscal, Crédito e Moeda (11:30 – 13:00) — Coordenadora: Cristina Helena Pinto**

Cristina Helena Pinto de Mello: “Dívida, comportamento responsável em relação ao crédito, e cadastro positivo”

Ladislau Dowbor: “O dreno financeiro que paralisa o país: a farsa do déficit”

Carlos Eduardo de Carvalho: “Declínio do dólar e alargamento da ordem monetária internacional”

Bruno Toschi e Áquilas Mendes: “CRISE E QUESTÃO FISCAL À LUZ DA ECONOMIA POLÍTICA CRÍTICA”

Guilherme F. de Avila e João I. Bocchi: “INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB): POLÍTICA ECONÔMICA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL DURANTE O MILAGRE ECONÔMICO”

14. **Quinta-Feira 26/10 – Santo Tomás de Aquino, Hegel, Smith, Schumpeter e Furtado (11:30 – 13:00) — Coordenador: Maria Angélica Borges Bocchi**

Felipe Belém dos Santos: “A Relação Entre Economia e Ética em Santo Tomás de Aquino e sua Influência na História do Pensamento Econômico”

Maria Angélica Borges Bocchi: “Os estudos econômicos de Hegel e a influência de Adam Smith”

Bruno Pacheco Heringer e Áquilas Mendes: “A Natureza e Lógica do Capitalismo na Sociologia Econômica de Schumpeter”

Carlos Eduardo de Carvalho: “Celso Furtado menosprezou a educação? A construção de uma falácia”

18. **Quinta-Feira 26/10 – Mercado de Trabalho, Saúde Pública, Meio-Ambiente e Educação (17:30 – 19:00) — Coordenador: Marcel Guedes Leite**

Luiz Henrique Santos Cardoso: “Informalidade e Inovação: uma análise do Setor de Serviços Tecnológicos Intensivos em Conhecimento e o desenvolvimento econômico brasileiro”

Marcel Guedes Leite e outros: “Saúde Pública e Políticas de Manutenção da Renda Familiar na Pandemia de Covid-19”

Giovanna Melhor Pedroso: “Análise Das Políticas Públicas Sobre O Meio Ambiente No Brasil A Partir De 1990”

Thiago Miano de Araújo Lima: “Sobre o sentido da educação política: alienação e emancipação humana em Paulo Freire”

Segunda-Feira 23/10 – Temas Livres I (11:30 – 13:00) **— Coordenador: Marcelo Dipieri**

Autora 1: Rosa Maria Marques – professora titular de economia e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Autor 2: Marcelo Álvares de Lima Depieri – professor titular de economia da Universidade Paulista (UNIP) e pesquisador no Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Categoria da comunicação: Artigo

Título: Notas sobre planejamento e mercado no século XXI

RESUMO

Este artigo tem como ponto de partida o entendimento de que a anarquia da produção – inerente ao capitalismo – só pode ser superada pelo planejamento consciente das atividades. Com base na experiência histórica vivenciada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pela China, discute-se a possibilidade da coexistência de planejamento e mercado durante o período que denominamos de transição ao socialismo. O artigo está dividido em três partes. Na primeira, retoma-se a visão clássica sobre a anarquia da produção e a necessidade de sua superação mediante o planejamento centralizado. A segunda discorre sobre o planejamento ocorrido na URSS e, finalmente, a terceira, enfoca o planejamento na China. Conclui-se que, na fase de transição para o socialismo, o planejamento deve estar orientado para objetivos de longo prazo e, por isso mesmo, devem envolver os setores e atividades considerados estratégicos para que esses objetivos sejam alcançados.

Palavras-chave: Planejamento; Mercado; Socialismo; Período de transição; Desenvolvimento.

Autora 1: Regina Maria A. Fonseca Gadelha - Professora Titular do Departamento de Economia-FEA-PUC-SP; Pesquisadora do Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional-NACI- PEPGE-PUC-SP.

Autor 2: José Guilherme Shiraishi Abrão - Bacharel em Ciências Econômicas-FEA-PUC-SP; Membro do NACI-PEPGE-PUC-SP.

Categoria da comunicação: Iniciação Científica

Título: POSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO: O SETOR INDUSTRIAL BRASILEIRO (2010-2019)

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o processo de desindustrialização ocorrido nas duas últimas décadas, observando as principais medidas macroeconômicas do período, que afetaram o setor. Como base metodológica para esta pesquisa foi feita levantamento de revistas e trabalhos de autores que contribuíram para o estudo qualitativo e quantitativo deste processo, em especial os dados e estudos do IEDI-Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial e análises de indicadores do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além de artigos e publicações elencadas nas referências bibliográficas. Como objetivo, o artigo pretende verificar o que ocorreu durante os períodos dos governos Lula I e II, e Dilma Rousseff até o final do governo Michel Temer, a partir de decisões macroeconômicas adotadas e que tiveram impacto nos setores da economia, observando os indicadores de atividade industrial dos planos de ações como o PAC e outras políticas. A pesquisa permitiu concluir que o Brasil carece de base industrial genuinamente nacional, dependendo de exportações de bens intermediários, sobretudo devido às políticas praticadas fazendo com que ocorresse acelerado fenômeno de reprimarização da economia.

Palavras-Chave: Macroeconomia; Industrialização; Desindustrialização; Reprimarização da economia; Crise; Recessão

Autor 1: Lucas Tamanaho Cardoso – Graduando da FEA-PUC

Autor 2: César Roberto Leite da Silva – Professor Titular da FEA-PUC

Categoria da comunicação: Iniciação Científica

Título: Competitividade das Exportações Agrícolas Brasileiras, 2000-2020

RESUMO

Este trabalho procurou avaliar a competitividade dos principais produtos agrícolas da pauta de exportações brasileira. Estimou-se o índice de Vantagem Relativa na Exportação (VRE) com dados obtidos na plataforma FAO Database para o período 2000-20. A VRE_{ki} assume valores positivos, negativos e zero. Se $VRE_{ki} > 0$, significa que o país i tem vantagens na exportação do produto k . Se $VRE < 0$, a interpretação é o oposto. Se for igual a zero, participação das exportações do produto k no total das exportações do país i é idêntica à participação média observada nos demais países, caracterizando uma situação neutra, ou seja, o país não revela vantagem nem desvantagem no comércio do produto k . Os resultados indicaram que o Brasil tem vantagens relativas na exportação em 11 produtos em 24 e desvantagens em 7. A VRE dos produtos restantes apresenta períodos de vantagens e desvantagens. Nota-se que Brasil tende a apresentar vantagens em produtos *in natura*, com baixo valor adicionado.

Palavras-chave: Vantagem Relativa na Exportação; Produtos Agrícolas Brasileiros; Comércio Internacional

Autor 1: Pedro Henrique Iannazzo de Souza – Graduando da FEA-PUC

Autor 2: César Roberto Leite da Silva – Professor Titular da FEA-PUC

Categoria da comunicação: Iniciação Científica

Título: Inserção das exportações agrícolas brasileiras na dinâmica do comércio internacional

RESUMO

Este projeto empregou uma técnica de análise da competitividade da agricultura brasileira baseada em trabalhos de Fajnzylber (1991) e Mandeng (1991). Estes autores propuseram avaliar a competitividade a partir das variações da participação dos países nas importações da OCDE. Utilizando dados da FAOSTAT Database que cobrem o período de 2000-21, procedeu-se à estimativa deste indicador para os principais produtos agrícolas da pauta de exportação brasileira. Este indicador permite classificar os produtos em 4 situações. 1. Situação ótima: - Soja em grão, Carne de frango, Carne bovina desossada, Milho e Mate. 2. Situação de oportunidades perdidas: - Torta de soja - Óleo de soja, Café em grão, Extratos de café, Suco de laranja, Manteiga de cacau, Castanha de caju com casca, 3. Situação de retrocesso: Açúcar refinado, Açúcar de confeitiro, Cacau em grão, Carne bovina em conserva, Torta de milho, Carne de peru. 4. Situação de vulnerabilidade: Torta de soja, Açúcar demerara, Tabaco em folhas, Algodão em pluma, Polpa de frutas para animais, Pimenta, Cigarro, Composto orgânico, Cera vegetal, Achocolatado, Frutas em conserva, Alimentos em conserva, Castanha de caju sem casca e Subprodutos do cacau. Os resultados indicaram que ao longo do período o Brasil deixou de exportar produtos com algum tipo de processamento.

Palavras-chave: Competitividade; Comércio Internacional; Agricultura brasileira

Autora: Rebeca Valente Perches - Estudante

Categoria da comunicação: Iniciação Científica

Título: Século XX e XXI: o debate sobre o imperialismo clássico e atual

RESUMO

Esta pesquisa de Iniciação Científica investiga as perspectivas sobre o imperialismo nos séculos XX e XXI, sob a ótica de dois autores chave do pensamento crítico: Rosa Luxemburg e David Harvey. Ao explorar as duas análises, essa pesquisa examinou convergências e divergências entre as ideias dos dois autores e revelou como ambas as teorias enriquecem o debate sobre as dinâmicas socioeconômicas e geopolíticas na contemporaneidade. Os últimos séculos foram marcados pela

incessante busca por novos mercados e recursos, além da busca pelo estabelecimento de forte poder geopolítico, como formadore das interações entre diferentes nações e do funcionamento do sistema capitalista. Assim, analisando as crises cíclicas do capitalismo, Rosa Luxemburg e David Harvey, desenvolvem suas perspectivas sobre a acumulação de capital e as relações entre o imperialismo e as crises capitalistas. Rosa Luxemburg, teórica do imperialismo clássico, identifica um problema na teoria marxista sobre o processo global de produção capitalista. Com isso, desenvolve a ideia de que o capitalismo precisa sempre de um mercado mais amplo para realizar toda a mercadoria excedente produzida. Ela conclui que o capitalismo, como sistema econômico, não se sustenta sozinho e necessita de outras formas de organização econômica não capitalistas para sobreviver. De maneira geral, Rosa Luxemburg enxerga no imperialismo uma solução capitalista para as crises de sobreprodução e falta de demanda efetiva. David Harvey, por sua vez, desenvolve sobre a importância do controle do petróleo para o estabelecimento do poder econômico global e expande a análise, entrando também na discussão sobre as crises de sobreacumulação. O autor ainda discorre sobre práticas imperialistas contemporâneas que vão além da expansão em termos geográficos — práticas de acumulação via espoliação. Harvey sugere que o imperialismo não resolve as crises capitalistas, uma vez que os mesmos problemas aparecem novamente nos novos territórios e novos mercados. Palavras-chave: Imperialismo.

Palavras-chave: Capitalismo; Acumulação via Espoliação; Globalização; Crises Capitalistas

Terça-Feira 24/10 – Temas Livres II (11:30 – 13:00) — Coordenador: Luiz M. Niemeyer

Autor 1: Luiz M Niemeyer- PUC-SP

Autora 2: Mariane C. M. de Oliveira - FACAMP

Categoria de comunicação: Artigo

Título: Indústria de Semicondutores, Estado e Política Industrial, a Implantação e Desenvolvimento da Indústria Sul Coreana de memórias DRAMs de 1960 a 1995

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o papel desempenhado pelo estado sul-coreano e sua política industrial entre os anos de 1960-1995 no desenvolvimento de sua indústria nacional de semicondutores mais especificamente as memórias do tipo DRAM (memória dinâmica de acesso aleatório). A indústria de DRAMs é intensiva em tecnologia em todo o seu processo. O *design* do produto, sua engenharia de processo e de produção envolvem um alto nível de tecnologia e de investimento. O estado foi fundamental como empreendedor, protetor e disciplinador isto permitiu a absorção e desenvolvimento da sofisticada tecnologia necessária para a produção das DRAMs. Em 1992, a Coreia era o segundo maior produtor de DRAMs detendo 24,3 por cento deste mercado.

A bem-sucedida experiência sul-coreana em dominar uma tecnologia high-tech em um curto espaço de tempo, como é o caso das DRAMs de 1M, 4M e 16M, pode servir de inspiração, para países latino americanos adotarem políticas similares. À primeira vista, as significativas mudanças ocorridas nos últimos trinta anos, a destacar o predomínio das cadeias globais de valor (CGV) e mudanças nas regras do funcionamento do sistema econômico global parecem ir contra ao papel do estado e da política industrial nos dias de hoje.

Todavia, o estudo de Chang e Andreoni (2020) considerando as mudanças destacadas acima, advogam o papel do estado e sua política industrial como gestor de conflitos e como redutor das incertezas através da garantia da demanda utilizando-se de diversas ferramentas de política industrial como as que apresentaremos neste artigo.

Palavras Chaves: Indústria de semicondutores; Fabricação de chips; Política Industrial; Estado e Desenvolvimento; Memórias DRAMs

Autora: Elisa Gargiulo Rosa

Categoria da Comunicação: Monografia

Título: PÁTRIA ALVEJADA: LAWFARE, IMPERIALISMO, LAVA JATO, PETROBRAS

RESUMO

A monografia investiga a influência do poder americano na Petrobras e na economia brasileira por meio do *lawfare*. O termo refere-se ao uso do sistema de justiça como arma de guerra. Conduzida pela Polícia Federal brasileira, a Operação Lava Jato enquanto *lawfare* envolveu áreas como Direito Internacional, Ciência Política e Economia. O conceito de *lawfare* permitiu mapear os interesses geopolíticos por trás dessa operação, em específico, na Petrobras, alvo de vigilância dos EUA desde sua fundação, especialmente durante a ditadura civil-militar no Brasil. A descoberta do pré-sal em 2006 desencadeou a cooperação entre o Departamento de Justiça dos EUA, o judiciário brasileiro, a Polícia Federal e o Ministério Público por meio do Bridge Project, iniciativa que contou com a participação do então juiz Sergio Moro. Diversos autores consideram a Lava Jato como parte do *lawfare* americano, que levou à degradação de indicadores econômicos brasileiros, eliminando empregos na Petrobras e afetando a economia. Este projeto de pesquisa visa situar o caso da Petrobras na Operação Lava Jato como continuidade das estratégias geopolíticas dos EUA para manter a subalternidade de países em desenvolvimento como o Brasil. A justificativa baseia-se no debate sobre os reflexos do *lawfare* na cena global, conceito discutido em diferentes áreas do conhecimento por ser uma ferramenta de intervenção militar menos dispendiosa e mais politicamente vantajosa que guerras clássicas. A metodologia incluiu revisão bibliográfica de áreas diversas, análise da hegemonia americana desde os anos 1970 e a importância estratégica do petróleo. Dados de institutos de pesquisa e órgãos internacionais que analisaram o impacto do *lawfare* na economia brasileira, assim como o teor de documentos de inteligência americanos em torno do tema registram o envolvimento de atores domésticos na concretização de interesses dos EUA em relação a autonomia energética brasileira e, por extensão, no desenvolvimento do país.

Palavras-chave: *lawfare*; Petrobras; lava jato; Corrupção; Imperialismo e Petróleo

Autor: Felipe Kawabata Vitali

Categoria da comunicação: Iniciação Científica

Título: Japão Restauração Meiji

RESUMO

O Japão é aproximadamente 1,5x o tamanho do Estado de São Paulo, sendo uma grande parcela de seu arquipélago montanhoso e improdutivo. Não obstante, é a terceira maior economia do mundo e produz aproximadamente 4% (2022) do PIB global, as tecnologias Japonesas estão presentes em lares de todo mundo e o sistema de gestão Japonês continua sendo utilizado por diversas empresas. O Japão, porém, nem sempre foi o país avançado que conhecemos atualmente, sua posição é resultado de um longo processo de desenvolvimento que tem início datado da restauração Meiji em 1868. O Japão feudal ou “pré-moderno”, dominado pelo xogunato Tokugawa, pereceu em 1868 com um golpe de estado realizado por uma coalizão de domínios

dissidentes da ordem vigente, que prometendo a volta do Imperador ao poder, criam o caminho para sua própria ascensão. O governo Meiji assume com um objetivo central: manter a independência do país. Diante da expansão do imperialismo para o extremo oriente, o medo da colonização se tornava progressivamente mais concreto. Em 1854 e 1858 o Japão, após mais de 250 de quase isolamento do comércio mundial, assinou tratados de comércio desiguais impostos pelas potências ocidentais. O Japão estava entrando no caminho trilhado pela China, e esse destino era o que os novos líderes do Japão queriam evitar a qualquer custo. Diante dessas dificuldades, surgem expressões como “fukoku kyôhei”, ou “país rico, exercito forte” que resumem, muito concisamente, a política adotada no início do período Meiji. O Japão precisava se tornar um país moderno aos moldes ocidentais se quisesse manter sua independência. Diante da necessidade de mudança, o novo governo Meiji realizou uma série de reformas institucionais com o objetivo de formar as bases da modernização do país. Este trabalho busca analisar as principais reformas realizadas nesse período, chamado pelos especialistas de “transição”.

Autor: Ygor Moura de Brito

Categoria da comunicação: Iniciação Científica

Título: Colonialismo e Maoísmo na Índia: Perspectivas da Nova Economia Institucional

RESUMO

A apresentação se concentrará nas instituições legadas pelo colonialismo britânico e sua influência na insurreição Naxalita na Índia. Além de uma breve contextualização sobre a corrente da Nova Economia Institucional (NEI).

A Insurreição Naxalita, liderada pelo Partido Comunista da Índia (Maoista), teve início após uma revolta de camponeses marginalizados em Naxalbari, Bengala Ocidental, em 1967. A revolta radicalizou o movimento comunista indiano e causou a ruptura que criou o partido maoista, em 1969. Desde então, o grupo declarou guerra contra o Estado Indiano expandiu-se, causando milhares de mortes e abrangendo uma vasta área, do Nepal a Tamil Nadu, do norte ao sul. O movimento tem como uma das suas principais ideologia a revolução agrária, apoiam-se em grupos indígenas, dalits e pequenos agricultores. O ex-primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, identificou-a como o maior desafio de segurança do país.

A literatura recente identifica que a distribuição fundiária, herança do sistema de arrecadação de receita fundiária britânico, e a renda desempenharam papéis-chave nas causas do conflito. Também destaca o crescimento lento da renda entre grupos marginalizados como um fator de intensificação do conflito.

O tipo de colonização desempenhou um papel crucial na formação das instituições indianas. Engerman, Sokoloff e Acemoglu, importantes pesquisadores da NEI, estudaram, por exemplo, fatores como geografia, densidade populacional e mortalidade entre os colonos, que moldaram instituições extrativas ou inclusivas em diferentes regiões indianas e o impacto de longo prazo dessas instituições.

Palavras-chave: Instituições; Colonialismo; Maoísmo; Índia; Terrorismo

Quarta-Feira 25/10 – Política Fiscal, Crédito e Moeda (11:30 – 13:00) — Coordenadora: Cristina Helena Pinto

Autora: Cristina Helena Pinto de Mello - Professora da PUC-SP

Categoria da comunicação: Resultado de Pesquisa

Título: Dívida, comportamento responsável em relação ao crédito, e cadastro positivo

RESUMO

No cotidiano e na cultura do brasileiro, a dívida é uma presença constante. O não pagamento de dívidas e a consequente negativação do nome geram preocupação em muitos consumidores. A situação de ter o nome sujo é embaraçosa e impede o acesso a crédito até que as dívidas sejam pagas. Esse estudo aplicou a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) para identificar os fatores que levam os consumidores a adotarem comportamentos responsáveis em relação ao crédito e evitarem comportamentos de risco que levam ao endividamento. Para isto, um survey foi aplicado a 1000 respondentes, e os dados analisados por meio de modelagem de equações estruturais (MEE). Os resultados indicam que o conhecimento sobre o Cadastro Positivo tem um efeito positivo na atitude e intenção de adotar comportamento responsável. E ainda, as normas sociais dos amigos e a autoeficácia tiveram um impacto significativo na intenção e no comportamento de risco em relação ao crédito. Por outro lado, atitude pro-consumo e autoeficácia não demonstraram efeito significativo sobre intenção de adotar comportamento responsável em relação ao crédito. O estudo traz contribuições teóricas para estudos do endividamento, e também práticas ao ensinar que variáveis comportamentais podem complementar as análises de crédito no Brasil.

Palavras-chave: Comportamento do Consumidor; Endividamento; Crédito; Teoria do Comportamento Planejado; Cadastro Positivo

Autor: Ladislau Dowbor

Categoria da comunicação: Artigo

Título: O dreno financeiro que paralisa o país: a farsa do déficit

RESUMO

A produtividade sistêmica da economia depende essencialmente da alocação racional de recursos. Isso implica por sua vez que haja convergência entre o destino dos recursos e os interesses da sociedade. Hoje o dinheiro impresso pelo governo representa cerca de 5% apenas da liquidez, a quase totalidade consiste em sinais magnéticos, dinheiro virtual. A fluidez radicalmente nova desse meio de pagamento, bem como a financeirização generalizada,

permitiram formas de apropriação do produto social que analisamos como fluxo financeiro integrado, envolvendo tanto os juros sobre a dívida pública como o endividamento das famílias e das empresas produtivas. A apropriação improdutiva dos recursos representa aqui cerca de 20% do PIB. Devemos acrescentar também a evasão fiscal, da ordem de 6% do PIB, e as renúncias fiscais, da ordem de 5% do PIB: são recursos que não são drenados do Estado, das famílias e das empresas, mas que deixam de entrar no orçamento público. Em terceiro nível, temos de contabilizar as perdas causadas pela deformação do sistema tributário, em particular a isenção de lucros e dividendos distribuídos, a isenção da produção de bens primários e semiprimários destinados à exportação (Lei Kandir), e a não cobrança efetiva do ITR, Imposto Territorial Rural. No conjunto, a esterilização de recursos econômicos no quadro da financeirização representa um dreno líquido do PIB superior a 25%. Trata-se aqui de uma sistematização dos volumes drenados no que temos chamado de capital improdutivo.

Autor: Carlos Eduardo Carvalho - PUC-SP - Departamento de Economia

Categoria da comunicação: Artigo

Título: Declínio do dólar e alargamento da ordem monetária internacional

RESUMO

O artigo analisa a natureza e o alcance de processos que enfraquecem a hegemonia do dólar, mas sem configurar transição de hegemonia ou formação de nova ordem monetária. Além dos debates sobre hegemonia monetária e hierarquia de moedas, serão destacados processos longos (ascensão do yuan, inovações tecnológicas, criptomoedas privadas e estatais) e iniciativas estimuladas pelas sanções contra a Rússia (acordos de pagamentos sem dólar, diversificação de reservas).

O processo vinha avançando de forma progressiva, mas foi contrarrestado pela vigorosa reação dos EUA e de sua capacidade de liderança na crise de 2007-2008 e em seus desdobramentos. As sanções impostas à Rússia em 2022 marcaram uma retomada do processo, por evidenciarem que um país pode sofrer severas restrições monetárias por decisão unilateral dos EUA, com extensão e duração indefinidas. Como precaução, muitos países já haviam criado ou previsto sistemas de pagamentos alternativos e vinham diversificando reservas.

O alcance e o ritmo da desdolarização depende da China, único país que reúne comércio externo e estrutura financeira para ampliar substancialmente o uso internacional de sua moeda, não apenas por parceiros em busca de proteção, mas também por agentes privados interessados em diversificação de carteira e em oportunidades de negócios usuais. Movimentos mais firmes na direção do que se chama de desdolarização, contudo, envolvem grandes desafios para Pequim.

Para ampliar o uso internacional de sua moeda, supõe-se que a China deveria acelerar a abertura financeira para e ampliar o mercado para agentes estrangeiros negociarem yuans. Deveria haver presença ativa do BC chinês operando com títulos públicos e capacidade de garantir a liquidez e a estabilidade da moeda, sem depender de reservas em moedas ocidentais. A política monetária teria que estimular a demanda por yuans para formar taxas de juros e de câmbio confiáveis. Supõe-se que isto reduziria o poder dos bancos chineses no crédito interno, decisivo até aqui para a forte alavancagem das empresas e o crescimento acelerado.

Palavras-chave: Dólar; Sistema Monetário Internacional; Moeda Hegemônica; Yuan; China

Autor 1: Bruno Toschi - Mestre em Economia pela PUC-SP

Autor 2: Áquilas Mendes - Docente na PUC-SP

Categoria da comunicação: Artigo

Título: CRISE E QUESTÃO FISCAL À LUZ DA ECONOMIA POLÍTICA CRÍTICA

RESUMO

Este artigo realiza um balanço sobre como autores da economia política crítica vem discutindo a questão fiscal, trata-se do debate sobre a austeridade, dívida pública, entre outros, no contexto da crise capitalismo contemporâneo. Realizou-se uma revisão sistemática crítica da literatura por meio de 16 Revistas marxistas, incluindo algumas de caráter interdisciplinar. A estratégia de busca foi construída com os termos livres: questão fiscal, crise capitalista e capital fictício, sendo cruzados com: reforma fiscal, política fiscal, dívida pública, títulos públicos, fiscal, tributos e austeridade. Após os processos de seleção, 15 artigos foram escolhidos e discutidos com base em três dimensões de análise: a) a questão fiscal e o seu debate teórico e estudos de caso; b) a questão fiscal e o capitalismo contemporâneo, focando nos temas financeirização, neoliberalismo e crise; c) reformas fiscais e luta de classes, com destaque às reformas no Sul global de maior violência. A partir dos resultados encontrados nesta revisão, pode-se concluir que as transformações do capitalismo contemporâneo reiteram o protagonismo da austeridade fiscal, com redução do gasto e controle da dívida, engendrando uma nova dinâmica aos direitos sociais, com intensificação da privatização por meio do próprio Estado capitalista. Mais do que a participação do capital privado, a mercantilização reflete o domínio da lógica mercantil na lógica social e da inevitável necessidade do ajuste fiscal, que na periferia do capitalismo, ganha o caráter de permanente.

Palavras-chave: Questão Fiscal; Crise; Capitalismo; Economia Política

Autor 1: Guilherme Fernandes de Avila

Autor 2: Dr. João Ildebrando Bocchi

Categoria da comunicação: Iniciação Científica

Título: INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB): POLÍTICA ECONÔMICA, ESTADO E SOCIEDADE CIVIL DURANTE O MILAGRE ECONÔMICO

RESUMO

A apresentação buscará tratar do tema “a independência e autonomia do banco central do Brasil no período do milagre econômico” através da exposição dos seguintes elementos do trabalho de iniciação científica realizado:

Uma contextualização muito breve da evolução histórica dos Bancos Centrais como instituições quase onipresentes nas economias modernas, discorrendo sobre a criação do Banco da Inglaterra, das funções acumuladas por ele e instituições do tipo ao longo dos anos (banqueiro do governo, banco dos bancos, prestamista em última instância e agente fiscal e administrador da dívida pública)

Breve contextualização sobre a criação do Banco do Brasil de forma “tardia” se comparado com a época de constituição de seus pares no mundo, desde a criação da SUMOC, passando pela sua criação efetiva em 1964, as reformas pós redemocratização de 1988 e a independência formal de 2021.

A partir dessa contextualização, se discorrerá sobre a parte principal do trabalho, que é a avaliação do “nível” de independência do banco central ao longo do curso do milagre econômico, mais especificamente, no período de 1964 até 1974. A apresentação focará em dois períodos distintos, tratando das Leis, reformas, e estrutura institucional do BACEN sob a gestão Castelo Branco e, em um segundo período, sob as gestões Costa e Silva e Médici. Aqui se demonstrará que, neste primeiro período, o BACEN desfrutava um maior grau de independência institucional que, no segundo período, diminuiu após tempestivas determinações, pressão e reformas dos dois governos seguintes.

Após essa discussão, a apresentação tratará dos trabalhos acadêmicos que serviram de base à essa análise, expondo seus métodos e conclusões, estes dois trabalhos (Matthew; 2006); (Cukierman; 1998) tratam da independência dos bancos centrais através do desenvolvimento de índices a fim de medir a independência destes, posteriormente realizam estudos econométricos a fim de averiguar a relação do nível de independência com o nível de inflação

Por fim, a apresentação buscará expor alguns argumentos sobre a discussão acadêmica acerca dos bancos centrais independentes, os argumentos a favor e as críticas ao modelo.

Palavras-chave: Banco Central; Independência; Política Monetária; Milagre Econômico

**Quinta-Feira 26/10 – Santo Tomás de Aquino, Hegel, Smith, Schumpeter e Furtado (11:30 – 13:00) —
Coordenador: Maria Angélica Borges Bocchi**

Autor: Felipe Belém dos Santos - Estudante da Pós-Graduação de Economia Política

Categoria de Comunicação: Monografia

Título: A Relação entre Economia e Ética em Santo Tomás de Aquino e sua Influência na História do Pensamento Econômico.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar a relação entre economia e ética presente no pensamento de Santo Tomás de Aquino e suas contribuições para a História do Pensamento Econômico. Para isso, é necessário tanto um estudo sobre a visão ética para Santo Tomás, assim como sua visão de economia, para que seja possível correlacioná-las, como também adentrar no escopo genealógico de seu pensamento, estritamente sendo Aristóteles e Agostinho. Dessa forma, a partir de suas contribuições econômicas, é possível estudar seu campo de influência, a partir de dois casos, o da Escola de Salamanca e a Doutrina Social da Igreja. Esse estudo permite concluir sobre a relevância de correlacionar a economia com a ética, tendo como base as associações feita por Tomás, como também a posição dele dentro de um História do Pensamento Econômico.

Palavras-chave: Tomás de Aquino; Ética; Economia; Escola de Salamanca; Doutrina Social

Autora: Dra. Maria Angélica Borges Bocchi

Categoria da comunicação: Artigo

Título: Os estudos econômicos de Hegel e a influência de Adam Smith

RESUMO

Uma fascinante fonte, contendo valiosas observações dialéticas, pode estar presente na investigação metodológica do pesquisador da ciência econômica, que se debruça sobre a gênese de sua disciplina. Trata-se dos escritos econômicos do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, nascido em Stuttgart no século XVIII, seis anos antes da Independência dos Estados Unidos da América do Norte, esta coeva à publicação do livro *A Riqueza das Nações*, do filósofo e economista escocês Adam Smith, cuja obra foi fundamental na construção da dialética hegeliana.

Apaixonado pela busca da elucidação do movimento da realidade, este pensador vasculha todos os meandros do ser social, percorrendo os caminhos da política, história, filosofia e também da economia. A determinação dos conceitos forjadores da intervenção do homem na natureza e na

sociedade levam-no a mergulhar na intrincada relação do binômio liberdade e causalidade, intercalado com a necessidade; gerando um patamar privilegiado de indagações que, necessariamente, desembocariam na formulação do trabalho como posição teleológica.

Hegel é muito destacado por suas inúmeras contribuições à história do pensamento, porém a importância dos seus estudos econômicos não foi privilegiada, a nosso ver, para a grande maioria de seus estudiosos e comentaristas. Exceção feita ao filósofo Georg Lukács, que coloca no centro de suas preocupações em relação à obra hegeliana, a investigação tanto da economia como da filosofia. Para este pensador, traçar as reflexões econômicas do filósofo germano traz como consequência uma melhor apreciação do seu método e da relação deste com o seu sistema, problemática que reside no coração da dialética tedesca.

Tal itinerário jogaria um pouco mais de luz em importantes controvérsias, destacadamente a relação do pensamento de Hegel com a Ilustração. Mas, talvez, a maior ajuda que viria da pesquisa destas conexões entre a economia e a dialética hegeliana seria contemplar de forma mais rica e detalhada, a relação de Hegel com Marx, tanto no que os une como no que os separa.

Palavras-chave: Economia política; Adam Smith; Georg Wilhelm Hegel

Autor 1: Bruno Pacheco Heringer – Mestrando bolsista CAPES no Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política na PUC-SP

Autor 2: Prof. Dr. Áquilas Nogueira Mendes – Prof. Dr. do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política na PUC-SP

Categoria da comunicação: Artigo

Título: A Natureza e Lógica do Capitalismo na Sociologia Econômica de Schumpeter

RESUMO

O presente trabalho pretende articular um campo relativamente pouco explorado da obra de Schumpeter, qual seja, a sociologia econômica, constituindo uma abordagem heterodoxa e historicamente eivada acerca dos processos econômicos. Tendo se originado nas principais contribuições da Escola Histórica Alemã, destacamos se tratar de um campo voltado a análise do processo econômico em termos evolucionários e institucionais, fazendo um contraponto às teorias que enfatizam a esfera da troca. A sociologia econômica está inserida em uma compreensão mais ampla da ciência econômica, entendida nos termos de socioeconomia ou *Sozialökonomie*, ao lado da teoria econômica, estatística e história econômica. Não obstante sua designação sugerir o contrário, a sociologia econômica demonstra ser um campo de estudo do economista, a partir de ótica em que a economia não pode ser dissociada de seu contexto social e histórico. Ela pode ser definida como o estudo das condições institucionais nas quais os processos econômicos se desenvolvem, o que inclui tanto as instituições formais quanto os determinantes extraeconômicos dos comportamentos dos agentes/firmas. Consequentemente, pode-se compreender como os fenômenos econômicos e o arcabouço institucional podem sofrer transformações a partir de suas interações. Sendo passível de diferentes aplicações, contudo, argumenta-se que Schumpeter, trilhando as contribuições de seus antecessores da Escola Histórica Alemã, empregou a sociologia

econômica para entender o capitalismo como uma totalidade cujo dinamismo decorre de processos endógenos. Mais especificamente, a sociologia econômica permite visualizar como a sociedade capitalista é um processo evolucionário, gerando desequilíbrios que tomam forma dual: a destruição criativa manifesta em *clusters* de inovações empresariais, e a racionalização como crítica/solapamento de instituições. Adicionalmente, a discussão propicia uma série de sugestões para a elaboração de um programa de pesquisa schumpeteriano, destacando diferentes eixos a partir dos quais estudarmos as economias capitalistas contemporâneas.

Palavras-chave: Schumpeter; Capitalismo; Sociologia Econômica; Escola Histórica Alemã.

Autor: Carlos Eduardo Carvalho – PUC-SP, Departamento de Economia

Categoria da comunicação: Artigo

Título: Celso Furtado menosprezou a educação? A construção de uma falácia

RESUMO

A acusação de que Celso Furtado jamais teria dado relevância à educação como condição para o desenvolvimento é exemplo de falseamento do passado para justificar posições em controvérsias presentes. Em artigos de imprensa o economista Samuel Pessoa construiu esta acusação de forma falaciosa. Na obra de Furtado o déficit educacional não é causador do subdesenvolvimento, é consequência de problemas estruturais que o geraram. Contudo, para avançar no desenvolvimento, Furtado destacou a educação, orientação que seguiu como planejador e executor de políticas públicas. Nada disso tem relevância para este tipo de crítica, contudo, por não endossar o dogma do déficit educacional como causador original dos problemas.

Furtado não destacou as relações entre educação e subdesenvolvimento em seus livros básicos. Para ele, as mazelas de nossos países decorrem de estruturas marcadas pela concentração da renda, da propriedade, da riqueza. A heterogeneidade e os desníveis de produtividade geraram um bloqueio histórico ao acesso da maioria aos benefícios da enorme riqueza produzida. A exclusão do acesso à educação decorreu deste processo, não foi sua causa.

Como formulador e gestor de políticas públicas, Furtado articulou as transformações das estruturas de sustentação do subdesenvolvimento com políticas de educação, do ensino básico até a qualificação técnica e o ensino superior, tidas como indispensáveis e decisivas para o desenvolvimento. Não aparece em sua obra e em sua trajetória a ideia de primeiro modificar as estruturas e acelerar o desenvolvimento e só depois cuidar da educação. E também não aparece a ilusão de que seria possível avançar na educação sem alterar as estruturas que aprisionam as pessoas na pobreza e na exclusão.

As manifestações enfáticas de Furtado neste sentido estão no relatório sobre a economia da Venezuela (1957), nas conferências no BNDES (1957), nos dois primeiros planos diretores da Sudene (1960-1963) e no Plano Trienal (1962).

Palavras-chave: Celso Furtado; Educação e Desenvolvimento; Samuel Pessoa; Sudene; Plano Trienal

Quinta-Feira 26/10 – Mercado de Trabalho, Saúde Pública, Meio-Ambiente e Educação (17:30 – 19:00) — Coordenador: Marcel Guedes Leite

Autor: Luiz Henrique Santos Cardoso - Mestre em Economia Política pela PUC-SP, com bolsa concedida pela Capes. Graduado em Economia pela FMU. Pesquisador do grupo Políticas para o Desenvolvimento Humano (PDH)

Categoria da comunicação: Artigo

Título: Informalidade e Inovação: uma análise do Setor de Serviços Tecnológicos Intensivos em Conhecimento e o desenvolvimento econômico brasileiro

RESUMO

A informalidade no Brasil intensificou-se nos últimos anos, caracterizada pela falta de acesso dos trabalhadores aos direitos trabalhistas e pela baixa organização e produtividade das unidades produtivas. O setor de serviços, essencial para a economia brasileira, enfrenta um declínio na produtividade nas últimas década devido, em grande parte, à predominância da informalidade e da baixa complexidade tecnológica. No entanto, destacam-se os *Knowledge Intensive Business Services* (KIBS), serviços intensivos em conhecimento geradores de inovação, sendo, portanto, considerados fundamentais para o fomento do desenvolvimento nacional. Dado a intrínseca relação do setor de serviços com a informalidade, entende-se as atividades das KIBS essenciais para impulsionar o progresso técnico e a criação de postos de trabalhos formais. Nesse contexto, baseado nas concepções neoestruturalista e neoschumpeteriana, busca-se realizar uma análise qualitativa e quantitativa de modo a compreender a dinâmica da informalidade no setor de serviços e a importância das KIBS no desenvolvimento econômico brasileiro.

Palavras-chave: Setor de Serviços; Informalidade; KIBS; Inovação; Desenvolvimento

Autora 1: Solange Emilene Berwig

Autora 2: Rosa Maria Marque

Autor 3: Marcel Guedes Leite

Autor 4: Marcelo Álvares de Lima Depieri.

Categoria da comunicação: Capítulo de livro (Livro: “Políticas Públicas na (Des)Democratização”, publicado pela MC&G, em setembro de 2023)

Título: “Saúde Pública e Políticas de Manutenção da Renda Familiar na Pandemia de Covid-19”

RESUMO

O capítulo aborda ações desenvolvidas para o enfrentamento da crise econômica decorrente da Covid-19 no Brasil, em especial nas políticas de saúde e de manutenção da renda. Os efeitos econômicos e sociais da crise provocada pela pandemia, sem mencionar o sanitário, foram de tal magnitude, que governos do mundo todo, independentemente de sua orientação política e de seu grau de adesão a políticas de austeridade, foram impelidos a tentar mitigar esses impactos, alocando recursos extraorçamentários, em volume não desprezível. Trata-se de uma reflexão construída sob análise da realidade brasileira a partir de dados de domínio público. O capítulo aborda primeiramente a saúde pública na pandemia de Covid-19, e embora sua ênfase esteja no financiamento, questões relativas à gestão do governo federal são tratadas, como a ausência de coordenação nacional e de políticas industriais estratégicas. Já a segunda parte é dedicada à política de sustentação de renda realizada durante a pandemia. A sistematização das informações encontradas revelou, entre outros aspectos que, apesar dos investimentos do governo federal nas políticas de saúde e de manutenção da renda, com a preservação da política de austeridade, as ações do governo Bolsonaro resultaram na redução do orçamento ordinário do SUS em 2020 e 2021 e, com o fim do AE, a substituição do PBF pelo Auxílio Brasil, reduziu-se drasticamente o número de beneficiados no País.

Palavras-chave: Pandemia; Covid-19; Saúde Pública; Renda Familiar; Proteção Social

Autora: Giovanna Melhor Pedroso – Mestranda em Economia Política na PUC-SP

Categoria da comunicação: Monografia

Título: Análise Das Políticas Públicas Sobre O Meio Ambiente No Brasil A Partir De 1990

RESUMO

A monografia teve como objetivo analisar as políticas públicas brasileiras para o meio ambiente. Foi empregada uma abordagem qualitativa, que inclui análise e interpretação de dados disponíveis na literatura e em documentos relevantes.

Dentre os principais desafios enfrentados pelo Brasil na área ambiental, destacam-se: atividades ilegais, conflitos territoriais, falta de fiscalização adequada, entre outros.

A pesquisa buscou fornecer uma visão atualizada e aprofundada das políticas públicas para o meio ambiente no Brasil, avaliou sua efetividade na abordagem dos desafios atuais e procurou compreender como as políticas públicas podem ser formuladas de maneira a conciliar

desenvolvimento econômico com proteção ambiental. O foco residiu em verificar a efetividade das políticas públicas no cumprimento de seu papel na preservação ambiental.

A pesquisa evidenciou que o desenvolvimento sustentável é fundamental para um futuro mais justo e equilibrado, estando diretamente relacionado ao crescimento econômico, à preservação do meio ambiente e à responsabilidade social. O conceito de desenvolvimento sustentável propõe uma alternativa que promove a interdependência entre a economia, o meio ambiente e a sociedade, garantindo a continuidade do progresso sem comprometer a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. No Brasil persistem muitas falhas na proteção e preservação do meio ambiente no país, apesar do extenso histórico de leis. As bases de dados existentes carecem de atualização frequente e de metodologia claramente definida, o que prejudica sua utilização em análises.

Por fim, as políticas públicas ambientais oscilam entre avanços e retrocessos, e muitos desafios persistem. Garantir a proteção ambiental no Brasil requer uma liderança política consistente e comprometida, de papel crucial nestas questões. É notório que o país possui habilidades técnicas e conhecimento necessários para implementar uma estratégia eficaz de preservação ambiental, como já o fez em ocasiões anteriores.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Avaliação; Problemas Ambientais; Desenvolvimento Sustentável

Autor: Thiago Miano de Araújo Lima

Título: Sobre o sentido da educação política: alienação e emancipação humana em Paulo Freire

Categoria da comunicação: Resultado de Pesquisa

RESUMO

O presente trabalho é a primeiro vídeo aula do mini curso elaborado por mim sobre Paulo Freire, no youtube, pela página “Análises de Teoria Social”.

Tendo por objetivo tratar da filosofia política de Paulo Freire de maneira integrada, os vídeos contemplam temas diversos, tais como: a contribuição de Freire na teoria pedagógica; sua análise da sociedade de classes; sua interpretação de história (aonde estabeleci uma aproximação com a tradição marxista); sua síntese única entre marxismo e filosofia cristã; dentre outros temas que vão da educação à economia política.

A minha exposição na semana de economia será, portanto, mais do que mera sistematização do pensamento de Paulo Freire: será um convite para todos os alunos que, interessando-se pela economia como uma ciência social complexa, – e que sempre pode e deve ser enrijecida pelas contribuições presentes nas demais ciências sociais - disponibilizem parte do seu tempo para adentrar no universo intelectual de um dos grandes expoentes das ciências humanas no Brasil e no mundo.

Tendo em vista o limite de tempo estabelecido pela Semana de Economia, tratarei mais especificamente de um tema caro à educação na atualidade: o da “Escola sem Partido”. Por meio

de uma reflexão crítica sobre aquilo que ficou conhecido pejorativamente como “marxismo cultural”, discutirei a validade do conceito abordando temas clássicos do marxismo como a questão da ideologia, da luta de classes e da alienação, sem perder de vista o “terreno material” – econômico - que sustenta essas relações e o debate em torno delas.

Palavras-chave: Paulo Freire; Marxismo Cultural; Escola Sem Partido; Ideologia